



1290000917



IE

TCC/UNICAMP Y14i

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA
RELATÓRIO FINAL DE MONOGRAFIA II

TÍTULO: "A IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL"

ALUNO: MARCO ANTONIO YAMAZOE
ORIENTADOR: PROF.DR.JOSÉ RICARDO B.GONÇALVES
BANCA: PROF.DR.WALDIR QUADROS

CAMPINAS, DEZEMBRO DE 1994

TCC/UNICAMP
Y14i
IE/917

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO
INSTITUTO DE ECONOMIA
UNICAMP

CEDOC/IE

*A três pessoas que amo
incondicionalmente
sr. Ryoiti, dona Satie
e Hiroko*

AGRADECIMENTOS

“I know a place where I can go when I’m alone”

Muito obrigado, meu pai e minha mãe , por terem proporcionado a mim esta formação com muito sacrifício.

E, em especial, agradeço à Hiroko, que me compreendeu e acompanhou de todo o coração em toda e qualquer situação.

Estendo também os agradecimentos ao Rodrigo e ao Fábio que me auxiliaram demais no trabalho de digitação da monografia.

A meus amigos Ricardo, Adriano, Alex e Rogério (pela força).

Aos colegas de Economia “pré-noventistas”: Marcelo Silva, Job, Fernando, André, Vicente, Rose e Mônica.

Aos “contemporâneos”: Newton, Roberto, Felipe, Andrey, Clayton, Eduardo, Aurélio e Tina.

Aos “pós-noventistas”: Eduardo Catto, Mário(Zuza), Merê e Eric.

Aos funcionários do instituto (das secretarias, limpeza, CEDOC, etc) pela solicitude.

Aos docentes do IE que têm sob sua responsabilidade sucessivas gerações de novos economistas.

Ao “pai da idéia” do presente trabalho e personalidade sempre acessível: prof.dr. Waldir Quadros.

E, finalmente, ao “engenheiro” desta monografia: prof.dr. José Ricardo, competente, sapientíssimo e compreensivo o suficiente para saber que seus alunos são seres humanos sujeitos a falhas e imperfeições.

ÍNDICE

CAPÍTULO I - TRANSIÇÃO DO ESCRAVISMO AO CAPITALISMO (SOB A ÓTICA DA IMIGRAÇÃO)

- A) Necessidade de inserção do imigrante no progresso econômico neste momento histórico.....1
- B) Dimensionamento e inserção do imigrante.....11

CAPÍTULO II - A IMIGRAÇÃO JAPONESA E SUAS TRÊS FASES

- A) Da Era Meiji até 1908 - relutância do governo japonês.....19
- B) Do “Kasato Maru” até 1925 - fase experimental, I Guerra e fim das subvenções.....27
- C) De 1925 até a II Guerra Mundial - ápice da imigração japonesa e interrupção definitiva.....38

CAPÍTULO III - ADAPTAÇÃO DO IMIGRANTE JAPONÊS

- A) Participação econômica.....54
- B) Evidências de aculturação.....64

Capítulo I - "TRANSIÇÃO DO ESCRAVISMO AO CAPITALISMO"

(sob a ótica da imigração)

a) Necessidade de inserção do imigrante no progresso econômico neste momento histórico

A economia colonial apresentou peculiaridades que não a diferenciaram muito da economia exportadora capitalista que sobreveio àquela. Não se constituem forças produtivas efetivamente capitalistas, mas o surgimento da economia cafeeira exportadora sob o trabalho assalariado, de qualquer forma, representou o nascimento do capitalismo no Brasil.

No entanto, é necessário distinguir claramente o "complexo cafeeiro", que se formou em São Paulo, das economias regionais que marcaram o Brasil Colônia até meados do século XIX. Tome-se como exemplos mais patentes de economias regionais o surto de mineração nas Gerais e o ciclo da cana-de-açúcar no Nordeste, que foram incapazes de gerar um excedente propiciador de uma dinâmica de acumulação, pois, efetivamente, sua base de produção é escravista e não capitalista. Enquanto não se teve esta mudança na base do processo produtivo, a consolidação de um "complexo", na concepção de Cano(5), era absolutamente impraticável. Segundo Cano(5), a formação do "complexo cafeeiro" em São Paulo como primeira forma de produção capitalista no Brasil justifica o nascimento e a concentração industrial no Estado de São Paulo, no século XX.

O momento em que se tem a transição de uma economia colonial exportadora, passando por mercantil escravista cafeeira até solidificar-se uma economia exportadora capitalista é retratado com precisão por Mello(1).

Em primeiro lugar, é necessário ver as características da economia colonial, que prevaleciam no Brasil Colônia:

a) A empresa colonial tem como base o trabalho compulsório(servil ou escravo).

b) Trata-se de um sistema altamente especializado/restringido e complementar à economia metropolitana (complementaridade traduzida em determinado padrão de comércio internacional imposto: exportar produtos primários e importar manufaturados/escravos da metrópole).

c) Em última instância, foi um instrumento de acumulação primitiva de capital. Seja na produção de excedente transformado em lucro(resultante da comercialização dos produtos), quer na criação de mercados coloniais à produção metropolitana, ou mesmo na apropriação quase integral dos lucros gerados na colônia pela burguesia metropolitana.

Mas, a crise do sistema colonial sobrepuja-se com a queda do "exclusivo metropolitano" e a assensão do Estado Nacional do Brasil. Não significa que o trabalho escravo fosse extinto. Pelo contrário, sua manutenção foi um fator importante para alavancar a emergente economia mercantil exportadora. Junto aos fatores: 1) existência de terras em que a produção pudesse ser rentável e 2) relativização da autonomia da economia cafeeira(já que a dependência do comportamento das economias importadoras era crucial), o rótulo "escravista" ainda é um dos pilares que sustentam a economia cafeeira.

O cultivo do café no Brasil inicia-se na região do Vale do Paraíba e na região oriental fluminense, intensificando-se a partir de 1830. Logo, as condições climáticas e de solo mostraram-se por demais limitadas; por outro

lado, iniciam-se as pressões da Inglaterra contra o tráfico negreiro do Brasil, com o agravamento da situação de suprimento de mão de obra para a recém-criada lavoura cafeeira. Em 1844, a política tarifária e a quebra do acordo comercial (até então favorecendo a Inglaterra) provocam reações inglesas, elevando o preço de mão de obra escrava, culminando na proibição efetiva do tráfico de negros em 1850. Junte-se a estes dois fatores o encarecimento dos custos com o escravo; a especialização da cafeicultura faz diminuir significativamente a produção de gêneros alimentícios que se tornam escassos e caros, mas sem os quais seria impossível sustentar a mão de obra. Mesmo frente a tantos fatores adversos, a economia cafeeira exportadora escravista se desenvolve no eixo Rio-São Paulo. Tanto é que na predominância desse regime produtivo é que se realiza a maior fase de crescimento da rede ferroviária, entre 1870 e 1880, num claro sinal de prosperidade.

"A introdução do sistema ferroviário, sem dúvida alguma , provocou uma redução apreciável nos custos de transporte do café , anteriormente feitos em carro de boi ou através de tropas, em direção aos mais próximos portos fluviais e marítimos da região."(pág.29) (Cano)(5). Era permitida uma ação compensatória nos custos da cafeicultura e a continuidade de sua acumulação não era prejudicada. No reverso da questão, a expansão da malha ferroviária no Sudeste brasileiro gerou duas consequências adversas à predominante estrutura escravista:"o primeiro deles se refere ao fato de que a expansão ferroviária nessa região ocorreu, em sua maior parte, depois que as plantações de café já estavam maturadas... e só trazendo economias externas e oportunidades de inversão, numa situação retardada de tempo. O outro fato é que, vinda a explicitação da crise nos primeiros anos da década de 1880, também a ferrovia passa a sofrer seus efeitos, tendendo a uma diminuição de

sua taxa de lucro, que culminaria numa estrutura deficitária e, portanto, tendo como o único "remédio", a encampação estatal." (pp 29-30) (Cano) (5)

Estava exposta a debilidade produtiva da velha região do Vale do Paraíba e região oriental fluminense. A "marcha do café" partiu com grande vigor, então, para o Oeste paulista sem, contudo, abandonar a base escravista de produção. No tempo, este momento corresponde aos idos de 1870.

As técnicas agrícolas se aprimoram; a produtividade do trabalho escravo se eleva com as inovações; a fertilidade das terras recém-exploradas, bem como o menor prazo de maturação dos cafezais empurram a cafeicultura interior adentro. Nem mesmo as grandes distâncias seriam obstáculo a esta interiorização da produção : o elevado custo de transporte teria como superação a continuidade incessante dos investimentos na expansão ferroviária. Pelo lado da demanda, o mercado externo descobre a "escura bebericagem supérflua" e o preço internacional do café sofre intensa valorização. Enfim, alta produtividade no Oeste paulista junto a altas margens de lucro faziam da cafeicultura uma forma quase capitalista de acumulação.

Quase, pois o indicativo na fase pioneira do complexo cafeeiro quanto à fragilidade do sistema adotado vem à tona como condição crucial de superação para a continuidade do mesmo: a crise do regime sob trabalho escravo.

Neste momento, cabe um parênteses: paralelamente a estes dois momentos (sustentação e crise do sistema colonial), de forma quase imperceptível é realizada uma política imigrantista. Posta em prática desde os idos de 1500, esta política restringia-se ao objetivo de colonização, principalmente através dos chamados núcleos de colonização. O que se visava era basicamente povoar o extremo sul do país e, dessa forma, garantir a posse

do território para a Coroa portuguesa. Ou seja, limita-se a política imigrantista a uma política de colonização.

A partir do momento em que a economia mercantil escravista cafeeira passa a ser prática generalizada, surge um problema já mencionado: a diminuição ou até mesmo supressão da produção de alimentos. Como a alta de preços do café compensava a suposta elevação dos preços dos alimentos, era economicamente viável importar ou até mesmo adquirir de outras regiões do próprio Brasil.

É quando começa a haver carestia de gêneros alimentícios que se voltam os olhos seriamente para a questão da política imigrantista/colonizadora: os núcleos coloniais oficiais apoiavam-se na produção de gêneros de primeira necessidade e, como interessava tanto à população urbana quanto aos grandes proprietários o barateamento dos alimentos, passou a ser relevante incentivar a formação de tais núcleos. No entanto, o Estado tinha no elemento imigrante uma ascendência que impedia a sua total "independência": "desprovido de capital e com seus ganhos empenhados durante alguns anos para a amortização das dívidas contraídas na aquisição do lote e no recebimento de subsídios até se tornar autônomo, o imigrante não tinha condições de se integrar na agricultura de exportação". (Martins, pág.61) (2)

Nem mesmo quando a imigração vem para o primeiro plano do debate político, sabe-se claramente o objetivo de tal movimento: "Nesse caso se atribuía ao imigrante uma aspiração, a de ser proprietário, vinculada de modo muito claro à existência de um mercado interno de consumo de gêneros .
Todavia, ainda aqui a relação entre a imigração e a grande lavoura era indeterminada: desejava-se atrair o imigrante para a província(objetivo

principal) e para isso sugeria-se um meio (pequena propriedade). Mas a finalidade da imigração não era aí declarada."(Martins, pág.65) (2)

Portanto, num rápido balanço, tem-se a crise da economia colonial, a assensão de uma economia capitalista exportadora (ainda sob a escravidão) e o aparecimento da questão imigrantista no debate político.

Retomando a questão da cafeicultura, a fragilização da economia sob base escravista não demora. No Brasil Colônia, o escravo representava lucro por dois lados: na diminuição ao máximo dos custos de reprodução da força de trabalho e no próprio tráfico negreiro que abriu um setor do comércio colonial altamente rentável.

Revitalizar a produção mercantil escravista seja revigorando as exportações ou implantando (já que tudo caminhava neste sentido) a "grande indústria escravista" representaria um esforço inútil: os custos da "indústria escravista" seriam superiores aos da "indústria"capitalista e a taxa de lucro seria muito inferior. Como demonstrado por Mello (1): mesmo supondo igual técnica, grau de utilização da capacidade produtiva, preço e eficiência produtiva para o escravo e para o assalariado, o resultado seria um achatamento dos lucros dos grandes proprietários; pois, por um lado o pagamento da força de trabalho é totalmente adiantado quando há escravos, enquanto no trabalho assalariado, é realizado após sua utilização produtiva; por outro lado, tem-se uma rotação do capital variável superior ao capital fixo(escravo), que distende por toda sua "vida útil". Essas razões situadas na esfera da produção (diferencial de custos subindo constantemente em relação à produtividade) são fundamentais para a crise da economia mercantil escravista nacional com sua não auto-sustentação.

Em todo caso, a economia mercantil escravista permanece até meados de 1880 e reforça-se com:

a) introdução da estrada de ferro (via fusão de capital mercantil nacional com capital financeiro inglês) que, junto à grande indústria de beneficiamento, levam a: poupar trabalho escravo, diminuir custos de transporte e melhorar a qualidade do café.

São desentrevados os obstáculos ao se desenvolvimento (vislumbram-se elevações da rentabilidade e das perspectivas de lucros dos investimentos).

b) A partir de 1869, elevam-se os preços internacionais do café e o efeito sobre a rentabilidade esperada do investimento resultante das estradas de ferro e da grande indústria de beneficiamento junto a esse comportamento explosivo dos preços levam a um significativo incremento da produção.

Mas, ao mesmo tempo em que se dinamiza cada vez mais, a economia mercantil escravista não cria elementos de sustentação que superem o seu próprio crescimento. O aumento da acumulação torna premente a necessidade de um quantum de mão de obra eqüitativo para mantê-la. A solução, portanto, seria a "imigração para o capital" e a derrocada do sistema escravista.

Grosso modo, pode-se localizar a efetivação de uma economia cafeeira exportadora sob trabalho assalariado a partir de 1886. As formas embrionárias de trabalho livre implantadas até então eram:

a) parceria (que possibilitava ao parceiro do grande proprietário o plantio de gêneros alimentícios, mas implicava na divisão da renda proveniente da atividade com o fazendeiro);

b) colonato (em que havia tanto o pagamento de um salário fixo, pelo trato de certo número de cafeeiros, quanto uma renda variável correspondente ao quantum da colheita do café, além do direito de realizar plantio/criação de animais à sua vontade)

No entanto, tais formas são insuficientes para alavancar todo o potencial de dinamização da economia cafeeira. As condições em 1886 eram absolutamente favoráveis à cafeicultura: o preço internacional do café encontrava-se em franca recuperação, após queda em 1882; as ferrovias já estavam em plena capacidade de utilização, neutralizando o ônus do frete, dada a alta lucratividade; estava relativamente superado o problema de fornecimento de alimentos para o grande contingente de operários agrários que fluiriam para o Brasil e também para o crescente número de pessoas que se concentrariam no meio urbano em consequência da premência de atividades suplementares à expansão cafeeira (esta superação encontra raízes na forma, já citada, de política imigrantista que predominou até então: ou seja, mesmo dependente da "atividade nuclear", a diversificação agrícola foi resultado do regime de colonato).

Portanto, neste momento, mudam as diretrizes da política imigrantista. Esta passa a ser orientada no sentido de constituir um mercado de mão de obra que fornecesse trabalho (braços) para a grande lavoura de café; o objetivo torna-se explícito: gerar "superoferta de força de trabalho"

"A imigração teria que perder, a partir de então, o seu vínculo exclusivo com os núcleos de povoamento; ou seja, teria que deixar de produzir pequenos proprietários e de alimentar a agricultura de subsistência." (Martins, pág.51) (2)

No entanto, era previsível a reação negativa dos colonos já aqui estabelecidos e, nesse sentido, "suspender a política de colonização e manter apenas a de imigração não transformaria o imigrante necessariamente em força de trabalho disponível para a grande lavoura. O regime de ocupação das terras, então vigente, faria dele, potencialmente, um proprietário e não um assalariado.

Foi essa uma fase de alastramento da fronteira econômica, na qual proliferaram os posseiros." (Martins, pág.51) (2)

Por outro lado, os imigrantes que viessem a partir da crise da economia escravista mercantil não teriam tal "privilegio": "O imigrante pobre teria que entrar no país com um destino predeterminado: força de trabalho para a grande lavoura." (Martins, pág.51) (2)

Deve-se ressaltar a importância do Estado: a interferência torna-se mais acentuada no momento intermediário entre o declínio da prática de instalação de colônias particulares e a chamada "grande imigração", ou seja, na transição entre uma economia escravista para uma economia sob trabalho assalariado. Por um lado, o financiamento da imigração (e sua localização) "socializava" a força de trabalho para constituição de mercado de trabalho que separasse pessoa do trabalhador; por outro, a elevação da densidade demográfica (ocupação) não deixaria de formar um trabalhador em potencial à grande lavoura nas "fases de demanda sazonal". A articulação que surge entre interesse de colonizar do Estado/mo de obra para a grande lavoura passa a exprimir essa dicotomia no comportamento do Estado. É interessante notar, entretanto, que o problema da substituição do trabalhador escravo pelo trabalhador assalariado tinha abordagens diferentes na política governamental e na inteligência dos fazendeiros: nas políticas governamentais, eram múltiplas as expectativas de processos e intenções (a política imigrantista/colonizadora do Estado não refletia totalmente os interesses específicos da cafeicultura); na mente dos fazendeiros, era avaliado apenas o resultado econômico obtido pela substituição do escravo pelo imigrante.

Nesse momento, subsiste ainda o caráter ambíguo dos núcleos coloniais, dado que suas funções não se encontram bem esclarecidas. Exprime, simultaneamente: a) economia de subsistência de base mercantil;

b) dependência das economias de exportação; na verdade, há uma pseudo-autonomia, na medida em que os núcleos coloniais, de alguma forma, vinculavam-se aos interesses do capital exportador, seja como abastecedores das regiões carentes de gêneros (focos de atração de outros imigrantes), ou mesmo como meio (implícito) de criação de um exército agrícola de reserva para a grande lavoura.

Mais cedo ou mais tarde, os núcleos coloniais se viram subjulgados ao capital cafeeiro. Portanto, com apoio oficial e a abolição definitiva da escravidão, impõe-se a economia mercantil cafeeira de modo a solapar qualquer política imigrantista/colonizadora que não obedecesse aos seus interesses diretos, ou seja, a formação de mão de obra em larga escala. Dessa forma, a avaliação dos cursos da imigração no Brasil sofrem um revés e convergem totalmente (inclusive o Estado) para o capital cafeeiro: "... o núcleo colonial continuou sendo a fórmula para a solução dos problemas de mão de obra da grande lavoura. Isto é, o meio era adequado, mas o modo de utilizá-lo não. Fica bem claro, então, que a função da pequena lavoura seria a de permitir à grande lavoura obter "trabalho por módico salário". Para isso, os núcleos coloniais oficiais não podiam ser localizados apenas com vista ao atendimento do mercado consumidor de gêneros, mas também com vista ao atendimento da demanda de força de trabalho da grande lavoura. Os núcleos deveriam ser estabelecidos de modo a que o colono não pudesse depender exclusivamente da pequena lavoura. Era preciso encontrar um meio que permitisse extrair do colono dos núcleos oficiais aquilo que verdadeiramente interessava, que era a sua força de trabalho, e canalizá-la para agricultura de exportação." (Martins, pp.67-68) (2)

b) Dimensionamento e inserção do imigrante

Após investigar os condicionantes internos para o estímulo a política imigrantista efetiva, deve-se tomar o reverso da questão: as causas que levaram os imigrantes a se locomoverem de suas respectivas pátrias em direção ao Novo Mundo e, mais do que isso, por que especificamente para o Brasil.

Tornando a questão mais clara, a interrogação é: De que modo alterações nas atividades econômicas dos países emigrantes coincidiram com o momento histórico no Brasil de constituição do modo de produção capitalista? Qual a relação entre períodos de auge/depressão nas economias do Brasil, Argentina e EUA (principais "concorrentes") e seus respectivos fluxos imigratórios?

Para iniciar, é fundamental observar a situação tanto de Argentina quanto de EUA; possuindo economias abertas, o Brasil e estes países tinham crescimento galopante em participação no comércio internacional e adotaram políticas relativamente "frouxas" de recebimento dos fluxos imigratórios vindos principalmente da Itália e demais países europeus meridionais. Cabe sublinhar que os números de fluxos para os EUA eram cavalares, a ponto de não haver qualquer influência de Brasil e Argentina na oferta de imigrantes para os EUA. Daí, já se tem o primeiro fator de variação na imigração para o Brasil: em sendo uma relação assimétrica e unilateral, qualquer declínio significativo no poder de atração da economia americana teria um efeito considerável sobre a oferta potencial de imigrantes europeus para o Brasil, mas se ocorresse o inverso, os efeitos seriam marginais apenas; quando a comparação é com a Argentina, a sensibilidade da oferta é muito maior, pois a semelhança quanto a estágio de desenvolvimento é muito mais visível.

Tome-se desde já, que o surto de expansão da economia cafeeira (gerando capital para subsidiar imigração estrangeira) mais o estabelecimento de importantes reformas institucionais internas (tal como abolição da escravatura e advento de um regime republicano descentralizado) como necessários, mas insuficientes por si para atração do fluxo imigratório.

A análise tem que se alargar e justapôr as peculiaridades concernentes a Argentina, Brasil e EUA e países originários dos imigrantes quanto aos ciclos econômicos de cada um e, aí sim, estabelecer um padrão de comportamento. Podem-se agrupar, portanto, três formas/categorias de motivação à imigração (Graham) (3):

- fatores de impulso (declínio das atividades econômicas dos países originários);
- fatores de desvio (comparação das condições econômicas dos países "concorrentes");
- fatores de atração (no caso do Brasil: preço do café, receita cambial, subsídios)

"Vemos, portanto, que fatores de impulso, de desvio e de atração operaram conjuntamente, reforçando-se uns aos outros, para promover um volume máximo de imigração para o Brasil nessa época. É importante, no entanto, lembrar que essas forças foram bastante uniformes durante o período (especialmente os fatores de impulso e de desvio), o que ajuda a explicar o "alto nível médio da imigração", mas não as bruscas variações de ano para ano. Para isso, como já acontecera em períodos anteriores, o papel dos subsídios se salientava novamente como o determinante chave das variações anuais da imigração em níveis médios mais altos provocados pelas variações dos demais parâmetros citados." (Graham, pág.39) (3)

Isto é, a análise deve incorporar elementos de impulso e desvio, mas muito mais para explicar o comportamento regular ou irregular de cada ano e não tem o mesmo peso dos fatores de atração. De qualquer forma, tanto o grande fluxo verificado na década de 1890 quanto o abrupto declínio do começo da década de 1920 demonstram situações limites, em que os fatores de impulso, desvio e atração se interaram de tal forma que geraram níveis de imigração máximo e mínimo respectivamente.

Assim, não resta dúvida de que a imigração foi resultado de fatores internos (com advento da expansão da economia cafeeira e a conseqüente crise da instituição escravista) e de motivações externas (uma forma de "trade-off" imigratório com os demais países do Novo Mundo e as próprias condições internas dos países com fluxos emigrantes).

Dadas as condições e as possibilidades (ou não) de inserção do imigrante como elemento de sustentação da emergente economia exportadora capitalista cafeeira, coube ao Estado tomar medidas efetivas:

a) Agosto/1871 - é formada a "Associação Auxiliar da Colonização e Imigração", com o propósito de tornar possível aos fazendeiros de café a contratação de trabalho livre. Mas, sua existência não é muito duradoura e logo a Associação é extinta.

b) 1886 - criada a "Sociedade Promotora da Imigração" em que se teria um grupo de cidadãos a serviço do Governo provincial, que administraria essa agência não-lucrativa com o propósito de recrutar, transportar e distribuir mão de obra imigrante. A "Sociedade" garante a continuidade do programa de imigração mesmo no momento em que se tem a transição da queda do Império em direção ao estabelecimento do regime republicano.

c) Constituição Federal de 1891 - concede aos cafeicultores paulistas a ampla autonomia que ambicionavam. Durante este ano, o Governo estadual é reestruturado: a Secretaria de Agricultura de São Paulo passa a ser encarregada do serviço de imigração a partir de 1895.

Sedimentada a economia cafeeira, o problema-chave da política imigrantista era a provisão dos custos de transporte do imigrante. Na verdade, era um duplo problema:

I) por um lado, os fazendeiros relutam em subsidiar "diretamente" os imigrantes;

II) enquanto isso, emigrar tendo que arcar, depois, com o peso da dívida da passagem de vinda constituiria desestímulo, já que os possíveis emigrantes eram, em sua maioria, de baixo nível econômico.

A solução vem a cargo do Estado: o auxílio oficial viria através dos impostos de exportação incidentes sobre o café. Dessa forma, o subsídio se torna uma contribuição indireta dos fazendeiros do café, tomando os custos de passagem uma doação e não um empréstimo a ser cobrado futuramente dos imigrantes. Portanto, esse é um momento em que se tem a manipulação da política imigratória como instrumento dos cafeicultores, ou seja, um grupo (burguesia cafeeira) privado utilizando meios oficiais (subsídios estatais) para benefício restrito deste mesmo segmento social.

Os subsídios, se representavam os interesses diretos do capital, foram também "benéficos" para o Estado: através desse mecanismo, conseguiu-se manter sob controle a estatística sobre a entrada de imigrantes no país, pois havia a obrigatoriedade em permanecer nas chamadas hospedarias oficiais (ver Holloway) (4) até posterior encaminhamento para as lavouras de café. No entanto, não havia controle da entrada/destino dos (poucos) imigrantes não-

subsidiados que, em geral, não possuíam famílias e se dedicavam a atividades comerciais e não-agrícolas ao chegar.

Outro aspecto é o grau "qualitativo" dos imigrantes. Estes representavam uma mão de obra especializada, própria à economia que se sustentava. Tal "selecionamento" era permitido por:

a) controle estadual permitia trazer os tipos específicos de trabalhadores (famílias com filhos já em idade de ser economicamente ativos) e, dessa forma, impulsionava a viabilidade do sistema de trabalho implantado nas fazendas de café após o fim da escravidão.

b) a assinatura de contratos exclusivos com companhias particulares de navegação pela Secretaria Estadual de Agricultura impõe o estabelecimento de cotas não apenas para determinadas nacionalidades, mas também para regiões dentro dos países. Com o tempo, essa orientação política se altera um pouco. O abandono dos contratos de exclusividade apenas determina limites/tetos máximos para o número de imigrantes subsidiados a cada ano, mas o "controle qualitativo" permanece.

Sob estes condicionantes, tem-se o maior afluxo de imigrantes para o Brasil entre 1886 e 1897 (por volta de 727 mil). A continuidade da imigração subvencionada é um fator crucial para os fazendeiros neste momento. A partir de 1889, os mecanismos de entrada de força de trabalho para a economia cafeeira sofrem alteração: abandona-se o sistema de contratos com empresários particulares (o que limitava o número de imigrantes) e institui-se, por decreto, a soma de subvenções concedidas à vinda de possíveis imigrantes (principalmente da Europa) e cada companhia de navegação poderia transportar, nos limites desta cifra, quantos se encaixassem nos perfis requeridos (agricultores com família, diga-se).

Dessa forma, a acumulação cafeeira era solidamente embasada num mercado de trabalho livre consolidado em que se tem uma superoferta com salários flexíveis (para baixo, dada a abundância de fluxos migratórios)

No entanto, não era a imigração subsidiada pura e simplesmente que atraía o contingente migratório para o Brasil. Como se frisou anteriormente, as motivações externas também têm importância fundamental: quando da crise cafeeira entre 1897 e 1910, não houve subsídio de viagem que motivasse a entrada de novos imigrantes. Pelo contrário, em 1900, houve até mesmo um excedente de saídas líquidas em relação às entradas, fato que se repete em 1903 e 1904 (ver Denis) (6). Ou seja, aos olhos dos estrangeiros, a crise econômica solapava qualquer interesse em migrar para o Brasil neste período; para agravar a situação, como constata Denis (6) (pág. 202) "... a gente das hospedarias, os cambiastas, os agentes de companhias de navegação, que lucram com o deslocamento dos colonos, contribuiu como sempre com sua propaganda para aumentar a amplitude do movimento." Ademais, a crise expôs outro fator responsável pela saída (e mesmo deslocamento interno) dos imigrantes: a instabilidade dos trabalhadores agrícolas que procuram não a perpetuação em determinada fazenda, mas sim a busca de interesses próprios; findo seus contratos, nada há que impeça os "operários agrários" de procurar condições mais vantajosas em outras fazendas (mais possibilidades de cultivo próprio de gêneros que lhes forneça renda ou maiores salários) ou até mesmo simplesmente abandonem o cafezal em direção ao desbravamento do interior ainda parcialmente explorado e também rumo ao meio urbano. Nestas circunstâncias, os colonos representariam verdadeiros nômades, como constata Denis (6) quando afirma que "... não se exagera , dizendo que um terço das famílias empregadas na cultura do café se desloca d'anno para anno " (pp.188-189). Frise-se bem "famílias", pois o sucesso da política imigrantista brasileira

tinha como um condicionante que para aqui viessem preferencialmente elementos constitutivos de um mesmo corpo familiar, o que, teoricamente, impediria essa volatilidade dos trabalhadores, mas cujos resultados , na prática, não se verificaram.

O efeito dinamizador do complexo cafeeiro alastra-se em direção também ao meio urbano e o processo imigratório em direção a São Paulo flui não somente às fazendas, mas supre a necessidade de braços nas cidades. Este movimento paralelo abrange "... uma série de atividades tipicamente urbanas, como a industrial, a bancária, escritórios, armazéns e oficinas de estradas de ferro , comércio atacadista, comércio de importação e exportação e outros , requerendo e facultando, ainda, a expansão do aparelho do Estado. No momento em que estas crescessem, uma série de outras , mais vinculadas ao processo de urbanização também se desenvolveriam: o comércio varejista, os transportes urbanos, comunicações, energia elétrica, construção civil, equipamentos urbanos , etc. Quanto mais avançava esse processo, mais interdependentes se tornavam todas essas atividades, gerando uma intrincada rede de conexões econômicas, financeiras e de serviços. Esse processo tem seu momento decisivo de aceleração a partir de 1886 e , mais especificamente, entre 1890-1900, quando a produção cafeeira paulista perfaz 57% do total nacional." (Cano, pág.69) (5)

De qualquer forma, no período áureo da imigração (1887-1930) o número de pessoas que vieram para São Paulo (2,5 milhões aproximadamente, segundo Cano) foi brutal. No entanto ficaram expostas as deficiências de uma imigração subsidiada/artificial, que podem-se, então, enumerar:

1) instabilidade do colono em fixar-se no solo, dada a sua relativa arbitrariedade em poder definir sua ocupação;

2) a pequena participação do Brasil em geral como pólo atrator de fluxos migratórios, processo de dimensões enormes em termos globais até a I Guerra Mundial;

3) a crise da política imigrantista dadas as oscilações da economia cafeeira com efeitos diretos e imediatos sobre a mão de obra agrícola; a superoferta de trabalho assalariado agrário gradualmente vai-se deslocando em direção ao meio urbano.

Assim, a tríade interesse do capital cafeeiro/apoio oficial/imigração subsidiada, sustentada por três décadas, tem seu declínio com a I Guerra Mundial. A derrocada do pilar mais forte (a economia cafeeira) põe fim ao apoio das receitas públicas à imigração, pois diminui a proporção do imposto sobre exportação de café destinada a este fim. O que resta são a migração interna e a imigração não-subsidiada, resquícios do colapso que atinge a economia internacional e principalmente a economia cafeeira no plano interno. Em 1927, o governo Júlio Prestes interrompe definitivamente os subsídios de transporte para fins de imigração, ou seja, é o fim da "política geral de passagem transoceânica antecipadamente paga" (Holloway) (4). Na década de 20 deste século, a participação da migração interna em direção a São Paulo passaria a predominar totalmente. Das correntes estrangeiras, persiste a imigração japonesa, cujo número até, paradoxalmente, se eleva a taxas crescentes até meados dos anos 30.

Deste modo, chega-se ao final deste estudo preliminar sobre a imigração japonesa: primeiro, o processo imigratório brasileiro como um todo (embora, na verdade, deva-se ler paulista), suas causas e consequências. Segue-se, então, o Capítulo II, que procurará fazer um estudo mais dirigido à peculiar imigração japonesa com suas características/especificidades próprias.

CAPÍTULO II - “A IMIGRAÇÃO JAPONESA E SUAS 3 FASES” (1908-1941)

No capítulo I, estudou-se o Brasil como país receptor de imigrantes, devido às especificidades já apontadas. Por outro lado, deve-se verificar quais os fatores que levaram massas humanas a se deslocarem de suas pátrias em direção a um novo país.

Isto tentará ser feito neste capítulo, especificamente tomando como alvo a imigração de japoneses para o Brasil que, afinal, é o intuito deste trabalho:

a) Da Era Meiji até 1908 - Relutância do governo japonês

No final do século XIX, o Japão sepultava uma fase de isolamento (político, econômico, social) em relação ao resto do mundo (principalmente o Ocidente) e iniciava um novo período de maior abertura e intercâmbio. Era a passagem da “Era Tokugawa” para a “Era Meiji”. Ou, como diz Nogueira(8)(pág.34): “A Revolução Meiji constituiu-se num marco histórico, pois assinala a passagem do país de um Estado Feudal para um Estado Moderno.”

Esta transição mudou radicalmente a situação interna do Japão e as autoridades governamentais voltavam seus olhos também para a questão da emigração.

A principal motivação desta mudança repentina, ou seja, concretamente falando, foi a crise econômico-social que se abateu sobre o Japão que tinha consequências nefastas nas finanças do Governo. Para amenizar a situação, o governo Meiji tentou tomar medidas em todas as áreas de sua administração: realizou-se uma reforma agrária, pela qual os camponeses tinham direito à propriedade da terra, mas acompanhada de uma nova lei de imposto territorial rural, em 1873. Além disso, a inquietação era bastante grande, inclusive tendo o governo tendo que adotar providências destinadas a preservar a ordem pública com medidas tais como a reorganização do corpo policial/Forças Armadas e lei visando a assegurar a segurança de todos.

No entanto, a miséria no campo era galopante e nas duas últimas décadas do século XIX, a despeito da reforma agrária que vinha ocorrendo, espocaram revoltas de pequenos proprietários por todo o Japão. Diante de tal situação, o governo Meiji muda seu vetor na questão da emigração, reconhecendo que tal solução era válida para efeito de diminuir as tensões sociais agravadas com o aumento demográfico, sobretudo nas regiões rurais.

Como já ressaltado no capítulo anterior, qualquer tentativa de se comparar os fluxos imigratórios dos EUA a outros países, seja quais forem, beiram a insignificância: os EUA recebiam, no mínimo, dez vezes mais imigrantes do que qualquer país do Novo Mundo. Com a imigração japonesa não foi diferente: a preferência era pelo país yankee.

Mas, a dificuldade de se controlar as tensões internas no Japão era muito grande e, dessa forma, aflora um interesse crescente das companhias japonesas em enviar mão-de-obra para o Brasil. Começam, então, a mandar representantes para viabilizar este intento.

Um esboço do que se concretizaria de fato após 10 anos foi a criação da “Kichisa Imin Kaisha” (Companhia de Emigração Kichisa) que, criada em 1891, tentou trazer a primeira leva de imigrantes do Japão para o Brasil, isto já em 1897. Neste ano, já sob a alcunha de Companhia de Emigração Toyo, era acordada com a agência brasileira Prado & Jordão a vinda de trabalhadores japoneses para a lavoura paulista (leia-se cafeicultura). Segundo o contrato, os japoneses permaneceriam por cinco anos, a contar da data de chegada ao local de trabalho; a idade requerida era de 20 a 35 anos e mais, a companhia de emigração embolsaria 25% do salário inicial do imigrante. Uma vez na fazenda, o imigrante teria direito a duas mudas anuais de roupa e moradia com

“banheiro japonês” e caberia à Prado & Jordão responder pelas passagens de ida e volta e pela alimentação de bordo. (Saito) (7). Tratava-se portanto de uma imigração temporária na forma como vinha ocorrendo em outros países sul-americanos. Este fato coincidia com as expectativas de quem “saía” do Japão, a maioria dos emigrantes, oprimidos pelas zonas rurais em que prevalecia a pobreza, eram impelidos a ganhar dinheiro fora do país e remeter o máximo possível para as famílias, que permaneciam; era um fenômeno de “dekassegui” inverso ao que acontece hoje no Brasil, ou seja, o traço identificador de ambas as intenções emigratórias é o não-abandono de suas raízes pátrias.

Mesmo com o empenho das companhias, tanto de Brasil quanto do Japão, não se conseguiu levar adiante o empreendimento e o maior empecilho era o próprio governo japonês, influenciado negativamente pela crise cafeeira no final do século XIX, desaconselhava a vinda para o Brasil, especificamente. As dificuldades para mudar esta imagem eram grandes: em 1902, o ministro das Relações Exteriores, Olinto Magalhães, era informado pelo responsável pela Legação Brasileira de Tóquio de que as portas do Brasil, embora escancaradas para a imigração, não receberiam japoneses como mão-de-obra. Sob a autoridade do ministro das Relações Exteriores, Komura, o emissário brasileiro estava convicto de que o governo japonês não pretendia, sob hipótese

alguma, autorizar a saída de emigrantes para o Brasil, devido, primeiro à distância entre os dois países, segundo, pela falta de comunicação regular entre eles e, por último, de não disporem as companhias emigratórias/imigratórias do cacife necessário para bancar o repatriamento, caso a experiência malograsse em seus resultados.

Na América do Sul, a imigração japonesa restringia-se ao Peru (desde 1899) e, em termos globais, era maciça para os EUA e também para o Havai. Comparativamente, tanto Havai quanto Peru não tiveram nenhum ciclo econômico ou atrativo maior do que o Brasil. No entanto, confrontadas as duas correntes migratórias (Havai e Peru), observam-se várias coincidências entre si: os trabalhadores japoneses introduzidos se destinavam a trabalhos assalariados nas lavouras de algodão e cana-de-açúcar; estes imigrantes tinham sua fixação em caráter temporário (como objetivo; mas ,na maioria das vezes, não na prática); a volta para o Japão deveria se dar após a acumulação de recursos oriunda de trabalho simples e braçal.

Neste momento, cabe indagar: se as semelhanças que se têm não apenas entre Havai e Peru, mas também com o Brasil incluso (trabalho em caráter temporário/mão-de-obra para a grande lavoura) são tão evidentes , por que a emigração japonesa para o Brasil era descartada? Como aborda Saito (7)

(pág.25), objetivamente tem-se dois fatores que desincentivavam o fluxo migratório japonês em direção a terras brasileiras:

1) Nível salarial - Havái, Peru e EUA ofereciam um salário muito acima do que o proposto pelos cafeicultores brasileiros.

2) Família - a política imigrantista do governo brasileiro exigia que os imigrantes somente viessem acompanhados pela sua família. Como já dito, a fixação em definitivo era a última hipótese do imigrante japonês.

No entanto, o que salta aos olhos é que era a falta de vontade política das autoridades do Japão em permitir a emigração para o Brasil. É evidente que outros fatores também tiveram peso, mas a proibição era praticamente institucional.

Neste sentido de estreitar as relações diplomáticas entre Brasil e Japão foi importante a assinatura do Tratado de Amizade entre os dois países, em 1895, que estabeleceu relações regulares e era um indício positivo de possibilidades migratórias, apesar da tentativa mal-sucedida em 1897.

A partir deste marco, uma sucessão de fatores foram surgindo em prol da emigração japonesa para o Brasil:

- na virada do século XIX para o século XX, a economia cafeeira voltou a estabilizar-se, retomando -se o processo de acumulação e prosperidade e recuperando-se da crise de 1897 a 1900.

- o grande êxodo rural-urbano das massas camponesas no Japão não encontrava uma indústria suficientemente desenvolvida para absorver a mão-de-obra excedente do campo, ocasionando um grande número de desempregados nos centros urbanos;

- as crescentes dificuldades de países receptores até então mais favoráveis à mão-de-obra imigrada do Japão.

Passa a haver , então, interesse por parte do governo japonês em conhecer as condições oferecidas pelo Brasil como país receptor. Logo, o Estado de São Paulo, sob a responsabilidade de Carlos Botelho (secretário da agricultura) na política imigrantista apressa-se em também estudar o elemento que iria suprir a “falta de europeus”no início do séculoXX (situação agravada com o corte de passagens subsidiadas para os imigrantes italianos em 1902).

É enviado o Comissário de imigração, Edmundo Fonseca, para conhecer o comportamento do imigrante japonês como mão-de-obra em vários países, como Chile, Argentina e EUA. A única crítica que ouviu foi para o fato de os japoneses não quererem se fixar/ assimilar a cultura, preferindo isolar-se em

suas colônias. No mais, não captou nenhuma queixa em relação à conduta no trabalho/caráter/comportamento social.

Não havendo aparentemente restrição significativa ao imigrante japonês e superadas as barreiras que separavam Brasil e Japão, foi assinado um contrato entre o governo do Estado de São Paulo e a (empresa privada emigrantista japonesa) “Empire Emigration Company”, em 6 de novembro de 1907. Sob este contrato acordava-se a introdução de 3 mil japoneses para a lavouras de café , em caráter experimental.

Em 18 de junho de 1908, chega ao porto de Santos o navio “Kasato Maru”, trazendo a bordo 779 imigrantes. A passagem marítima foi subsidiada parcela pelo governo do Estado de São Paulo e parte pelos fazendeiros empregadores que, por seu turno, cobravam dos novos colonos através de desconto em seus salários.

b) Do “Kasato Maru” até 1925 - Fase experimental, I Guerra Mundial e fim das subvenções

“Os recém-chegados sentiam-se desorientados com quase tudo. Como não conheciam banheiros com descarga d’água, saíram correndo gritando - “Saiu água!”, para , em seguida fugirem apavorados quando avistavam o empregado negro que viera em socorro. Tudo era motivo de alarme, mas em compensação a acolhida paroporcionada pela Hospedaria foi boa e todos estavam eufóricos, uma vez que acreditavam finalmente ter chegado a um país onde, ao que se diziam, brotava dinheiro dos pés de café.

Os mais animados eram os chefes de família. Se uns achavam que em dez anos poderiam enriquecer e voltar ao Japão, outros, mais empolgados, achavam que cinco, ou quem sabe três anos seriam suficientes.

De qualquer forma, o sonho da maioria era o de, ao juntar dez mil ienes, retornar, sem delongas, para o Japão. Para realizar esse sonho, foi necessário tomar emprestados 165 ienes para pagar uma passagem, apesar de terem recebido, como ajuda do governo brasileiro, sessenta ienes por pessoa.

Enquanto no Japão, em fins da Era Meiji, a diária de um lavrador, incluindo as refeições, era de 20 centavos de iene e um policial ganhava mensalmente 10 ienes, a companhia de emigração divulgara que, trabalhando numa fazenda de

café, uma pessoa conseguia, por mês, 35 ienes. Considerando que, se cinco pessoas trabalhassem, a família receberia, surpreendentemente, todos os meses, a soma de 175 ienes, em meio ano resgatariam o empréstimo tomado para as passagens de navio da família inteira e o restante seria economizado ou remetido à pátria. Haviam finalmente chegado a este país de sonhos! Não era sem razão que os chefes de família se agitassem no auge da alegria.”

(Daigo) (9) (pág.11)

Esta é a visão dos primeiros imigrantes que chegaram ao Brasil. A finalidade ao pisar em solo brasileiro era a volta com a pretensa riqueza acumulada. Mas, não foi bem assim: “Trabalhar como escravo desde a madrugada até o crepúsculo e ainda ficar com dívidas ...Não poderia haver tolice maior! Antes de tudo, eles não tinham vindo ao Brasil porque estivessem passando fome.” (Daigo) (9) (pág.32)

Dessa forma, planejar que no curto/médio prazo ganhariam o suficiente para sua independência econômica levou os imigrantes a não temerem contrair dívidas para poderem viajar. Aliás, nem todos (alguns até) precisavam levantar empréstimos para poderem vir, pois a maioria provinha dos chamados “jisaku” (proprietários auto-suficientes) e dos “jisaku kosaku” (proprietários

arrendatários) que, afinal, não eram miseráveis ou desprovidos totalmente de recursos como se imagina que fossem os imigrantes.

Resolvido o problema da passagem marítima, restava a imposição de mais uma cláusula da polícia imigrantista brasileira a ser preenchida: a expectativa de que quem emigrasse para o Brasil fossem os núcleos familiares e não indivíduos sozinhos. Era exigido “três enxadas por família” (Nogueira) (8) (pág.98), ou seja, três pessoas economicamente ativas por família, pelo menos. Tal imposição tem choque frontal com a prática emigrantista japonesa até então, cuja movimentação tinha como característica a migração temporária/periódica através de elementos, em sua maioria, solteiros que viajavam sem suas famílias. Do lado brasileiro, esta medida visava a economizar com os gastos com passagens, pois desse modo emigravam famílias totalmente capacitadas para o trabalho já que crianças e idosos (como economicamente não-produtivos) seriam cabeças a mais para se pagar o transporte.

“Na verdade, Aikuma Makinodan e Tsuta eram casados apenas no papel... Não passavam de conhecidos de uma mesma aldeia.” (Daigo) (9) (pág.29). A superação desta dificuldade quanto a família era resolvida por

soluções insólitas como esta, ou seja, a formação “artificial” de núcleos familiares.

Retomando o momento da chegada, em 1908, ainda no mês de junho, os imigrantes foram alocados nas lavouras cafeeiras e, mais precisamente, nas seguintes fazendas, assim distribuídos: (Nogueira) (8) (pág.101)

- Fazenda Dumont (Ribeirão Preto)	- 210 pessoas
- Fazenda Guatapar (Ribeirão Preto)	- 90 pessoas
- Fazenda São Martinho (Sertãozinho)	- 99 pessoas
- Fazenda Sobrado (São Manuel)	- 49 pessoas
- Fazenda Floresta (Indaiatuba)	- 170 pessoas
- Fazenda Chanaan (São Simão)	- 155 pessoas

O temor dos fazendeiros paulistas de que a fixao nas terras não ocorresse no imigrante japonês logo se concretizaram: ainda nos primeiros meses, os recém-chegados começaram a movimentar-se. Na maioria das vezes, deixavam a lavoura em busca do meio urbano visando a dois objetivos: ou permanecer neste e iniciar atividades de comércio ou esperar uma nova oportunidade em outra lavoura. Na verdade, repetia-se com o imigrante nipônico o que já se verificava com o elemento europeu, ou seja, o fato de que a fixao nas propriedades era muito passageira.

Segundo Nogueira (8) (pág.102), após dez meses da distribuição inicial de 773 imigrantes nas lavouras de café, apenas 313 pessoas permaneciam ainda nestas propriedades. Esta constatação de que praticamente 60% dos recém-chegados já havia abandonado o propósito inicial em menos de um ano levou a uma constatação: se fosse continuar nesta progressão, iria-se pulverizar o interesse do governo (leia-se Estado de São Paulo) em levar adianta a experiência, pois era economicamente mais oneroso arcar com as despesas do japonês do que com o imigrante europeu.

Aliás, neste momento, cabe um parênteses, já que o recurso à mão-de-obra nipônica foi de fato um recurso de última instância. No debate político de fins do século XIX, em meio a crise do café e da mão-de-obra europeia, o elemento elemento era comparável ao negro africano: se do lado japonês “de uma maneira geral, o asiático mostra-se avesso à emigração, sobretudo se tiver caráter definitivo”(Nogueira) (8) (pág.26), por seu turno, “de uma maneira geral, o que se verificou foi que na segunda metade do século XIX à imigração asiática foram levantados os mesmos obstáculos, digamos assim, impostos à imigração negra”(Nogueira) (8) (pág.27)

A despeito de todos os fatores econômicos/políticos que,sem dúvida, eram os principais, pesou na balança também a questão racial para que se

aceitasse o imigrante asiático (inclusos os chineses) no Brasil. Podem-se citar 3 fatos embora de importância secundária que possibilitaram o direcionamento do japonês para o Brasil:

- Inicia-se nos demais países, principalmente nos EUA uma campanha anti-nipônica, que teve seu epicentro na Califórnia. Os imigrantes japoneses haviam ingressado nos EUA em regiões onde há pouco tempo haviam chegado e hostilizados os chineses. Para os ocidentais, ainda não familiarizados com o elemento oriental, este era como o negro (todos iguais) e o temperamento arredo (agravado por dois séculos de isolamento) dos japoneses tornava ainda mais negativa sua imagem. Ademais, soma-se ao aspecto eugênico a diferença cultural profunda, a começar pelo idioma, absolutamente ininteligível. A partir daí, começam campanhas nos países receptores tradicionais contra o imigrante japonês (Havaí, Canadá, Austrália, etc.)

- A imagem que chegava do oriental ao Brasil, portanto, era esta. Mas, no fim do século pasado, os cafeicultores se desdobravam para achar soluções para o problema da escassez de mão-de-obra que abatia as lavouras. Embora o número de entradas fosse maciço, equiparava-se a este o volume de saídas pelo porto de Santos (havendo até mesmo períodos de déficit de entradas). Além disso, o europeu, quando permanecia no país, tendia a fluir para outras

atividades que não a cafeicultura, permanecendo muito pouco tempo como assalariados nas fazendas. Portanto, a volatilidade da mão-de-obra era uma dificuldade praticamente insolucionável naquele momento.

- Embora aparentemente equiparados, os chineses gozavam de uma imagem “superior” em relação aos japoneses, por motivos subjetivos. Essa visão de inferioridade nipônica começou a ser modificada apenas após as vitórias do Japão nas guerras Sino-Japonesa (1894-1895) e Russo-Japonesa (início do século XX)

Voltando ao momento do diagnóstico de que o imigrante japonês apresentava as mesmas dificuldades do europeu (principalmente quanto à fixação) a “experiência” parecia não ter se esvanecido ainda totalmente. Mesmo apresentando alto índice de mobilidade, já que das 21 fazendas que chegaram a receber o imigrante japonês (aí já no momento da terceira leva), após um ano, apenas 13 fazendas ainda contavam com seus serviços, a Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo continuava a receber pedidos de fazendeiros para recrutar mão-de-obra no Japão.

No entanto, com o passar do tempo, os imigrantes foram se convencendo (e constatando) de que o enriquecimento em curto espaço de tempo (dois ou três anos) era ilusório e, a partir de então, começou a haver uma fixação mais

sólida nas fazendas. Os deslocamentos eram, majoritariamente, dos elementos “isolados”, motivados pela artificialidade na formação das famílias, pois logo face às primeiras dificuldades muitas se desfizeram.

Assim, além de se conformarem mais com a realidade dos fatos, era domado também o afã de retornar à terra natal. Era grande o número dos que arrendaram terras ou mesmo partiram para desbravar novas terras e ter seu próprio cafezal..

À medida em que o japonês se adaptava às condições brasileiras e iniciava até mesmo sua incorporação a esta sociedade, abatia-se cada vez maior a crise sobre o café e minguavam os recursos e o estímulo para expandir as lavouras e contratar mais mão-de-obra. É neste contexto que, em 1913, o governo de São Paulo desiste de continuar co-subsidiando a vinda de imigrantes japoneses em caráter experimental.

“A conjuntura econômica explica, em parte, essa tomada de posição já que eram apreciáveis os empréstimos externos; a desvalorização cambial, a inflação e os déficits orçamentários eram fatos concretos. O país atravessava portanto um período economicamente muito difícil” (Nogueira) (8) (pág.104).
Objetivamente, a explicação para tal decisão veio do próprio secretário da agricultura, Paulo de Moraes Barros: declarou taxativamente que devido ao

alto grau de mobilidade dos japoneses antes do término do contrato (estimado em 40%) motivou o governo paulista a não mais continuar a experiência que já durava sete anos (1908-1914) e não havia produzido os resultados esperados.

De todo modo, durante este período, emigraram para o Brasil cerca de 15.000 japoneses, distribuídos da seguinte forma, segundo Saito (7) (pág.30):

ANO	PESSOAS
1908	- 779
1910	- 909
1912	- 2.852
1913	- 6.946
1914	- 3.497
TOTAL	14.983

Houve, então, um interregno com a suspensão de subsídios do governo paulista. No entanto, as empresas de emigração não esmoreceram em continuar se esforçando para obterem a reabertura. Em 1916, três empresas (Toyo, Morioka e Takemura) se unem e formam a “Sociedade de Emigração para o Brasil”; esta sociedade pleiteava nova concessão junto ao governo de Estado de São Paulo e obtiveram êxito, já que este encontrava sérias restrições em introduzir colonos europeus, devido principalmente ao fato de estar ocorrendo

a I Guerra Mundial. Um novo contrato foi firmado e estabelecia que num prazo de 4 a 5 anos (a contar de 1917) seria permitida a entrada de 4 a 5 mil imigrantes por ano, voltando o antigo esquema de subsídios.

A partir de 1917, portanto, retomava-se o fluxo migratório nipônico para o Brasil. Já sob a égide do novo contrato(de 1916) , a responsabilidade pelo seu cumprimento não era mais da “Sociedade de Emigração para o Brasil”; passou a estar sob a empresa de emigração conhecida por “KKK” (“Kaigai Kogyo Kaisha”, fusão das empresas Toyo e Nambei). Esta empresa passou praticamente a ter exclusivo nos serviços de emigração para o Brasil.

Na verdade, a criação da “KKK” e sua alcunha de monopolizadora havia sido um esforço do primeiro-ministro japonês , Terauchi; significava , dessa forma, o primeiro sinal de que o governo japonês passaria a atribuir um caráter nacional/estatal à política emigratória para o Brasil. Esta característica (emigração como política de Estado) passará a ser uma constante a partir desse momento, como será visto no item seguinte deste capítulo.

Ao final de 4 anos, em 1920, a Grande Guerra já havia terminado e o contrato de emigração expirado. O governo do Estado de São Paulo não teve dúvidas em retomar a antiga política imigrantista de antes do conflito: eram novamente recrutados colonos europeus (Portugal, Espanha e Itália) para suprir

o déficit de mão-de-obra nas lavouras de café . Não houve interesse em renovar contrato com a “KKK” já que se argumentava (como antes) que o imigrante japonês era instável (não se fixava) e , sobretudo, era de difícil adaptação.

Neste período de conflito mundial, em que havia “escassez de europeus”, entraram no Brasil mais cerca de 14.000 imigrantes japoneses da seguinte forma (Saito) (7) (pág.32) :

ANO		PESSOAS
1917	-	4.048
1918	-	5.903
1919	-	3.675
1920	-	971
TOTAL		13.597

Como já dito anteriormente, este é um momento em que as autoridades “abrem os olhos” para a questão da emigração. O governo japonês estava disposto a incentivar o encaminhamento de emigrantes através de várias medidas que tenderiam a favorecer a saída do excedente populacional, representado pela massa de camponeses menos favorecidos . Mas, o fato é que em 1920 esta vontade não era recíproca por parte do governo paulista, já que

estava definitivamente suspensa a concessão de subsídios aos imigrantes japoneses.

No entanto, a partir de 1923, após um período de acomodação, a questão emigrantista volta à tona nos debates políticos das esferas governamentais no Japão. A conclusão é que, em 1925, decide-se que o governo japonês irá implementar sua própria política emigrantista, arcando com as subvenções necessárias.

“O ano de 1925 marca, portanto, fase decisiva em que a iniciativa passa do lado brasileiro para o lado japonês.”(Saito) (7) (pág.33)

c) de 1925 até a II Guerra Mundial - ápice da imigração japonesa e interrupção definitiva

A situação japonesa no pós-I Guerra Mundial era de relativa estabilidade; pois, além de ter participado do conflito ao lado dos aliados, não se desgastou diretamente. Porém, em 1918, vem uma recessão profunda abater a economia japonesa em que se têm os chamados “kome sôdô” (tumultos do arroz). Como já havia sido esclarecido, o arroz está para a cultura do Japão assim como o café está para a brasileira.

Principalmente nas zonas rurais, intensifica-se a crise em 1920, com aprofundamento da pobreza decorrente da alta excessiva dos preços do arroz não acompanhada de salários aumentando ao mesmo ritmo: os quebra-quebras em depósitos de arroz passam a ser uma constante.

Além da crise econômica, o Japão sofre com a natureza geográfica de seu acidentado território e o terremoto de Kanto (região central do país) em 1923 vem para solapar ainda mais as esperanças de recuperação. Resultado da tragédia: as cidades de Tóquio e Yokohama destruídas, entre mortos e desaparecidos são 140 mil pessoas e casas destruídas por volta dos 120 mil.

É nesta conjuntura que cresce o afluxo emigratório do Japão de indivíduos oriundos principalmente de zonas rurais. Apesar do fato de a população metropolitana representar mais de dois terços da população japonesa (56 milhões de um total de 77 milhões) fazia-se premente a necessidade do governo mudar a sua diretriz quanto à emigração. Mesmo não sendo, definitivamente, uma solução para o problema da superpopulação (e tentar atenuar o caos econômico/financeiro do país) o governo japonês tinha que criar uma política emigrantista efetiva.

Em 1925, Tóquio inicia uma reforma no serviço de emigração do Ministério dos Negócios Exteriores, até então pouco ativo quanto a esta

questão. Especificamente no caso da emigração para o Brasil, decidiu-se fornecer, além do montante correspondente à passagem de navio (volta da passagem subsidiada, mas agora pelo lado do “ofertante” de mão-de-obra), o pagamento da comissão que o emigrante deveria depositar junto à empresa de emigração. Era o início do período de emigração como política de Estado.

Foi retomado o movimento de incentivo ao deslocamento para fora do Japão, mas, no fim da década de 1920, o país não fica imune à crise mundial que abate as finanças internacionais a partir da Depressão americana. A economia japonesa nos anos 20 está desorganizada, desnorteada e o contingente de desempregados, no final da década, chegava a mais de 3 milhões. Por causa desta situação de penúria, vivida mais intensamente pela população rural, com apoio do governo, a emigração japonesa para o Brasil toma vulto a partir de 1927: em média, são 10 mil pessoas que se dirigem para aqui até o início da II Guerra Mundial.

Para incentivar ainda mais a saída, em 1932, o governo do Japão passa a oferecer um “prêmio” por cada emigrante com mais de 12 anos de idade (além de financiar passagem e comissão). Desta forma, eliminava-se a preocupação de constituírem núcleos artificiais de família já que, mesmo as passagens de velhos e crianças eram subsidiadas pelo Ministério dos Negócios Exteriores.

Ao contrário da fase denominada “experimental”, isto é, até 1925, uma característica dos imigrantes japoneses (até a II Guerra Mundial) consistia em que a maioria absoluta constituía-se de famílias (os indivíduos solteiros representavam menos de 6% do total de emigrantes). Eram os chamados “emigrantes-famílias” que, apesar do caráter temporário, tinham aquelas benesses e preferiam o Brasil, ao invés de Havaí ou EUA (em que se encontravam condições adversas no momento, como preconceito racial, por exemplo). A fase anterior tinha como condicionante para receber os imigrantes o fato de que para trabalhar na fazenda de café, a família tinha que contar com pelo menos três elementos aptos para o trabalho. Mesmo sendo numerosas na época, nem todas as famílias rurais japonesas conseguiam preencher este pré-requisito e a agregação de pessoas estranhas (mas conhecidas) era a prática corrente. O resultado desta formação artificial de famílias é que havia muitas poucas crianças (abaixo de 12 anos de idade) nas famílias (um quarto, aproximadamente, no geral) e também havia a predominância de indivíduos do sexo masculino.

No entanto, mesmo sob o princípio dos “três trabalhadores por família”, a nova fase emigratória japonesa para o Brasil caracterizou-se pela presença

tanto de velhos e crianças quanto de “equilíbrio” entre emigrantes do sexo masculino e feminino.

Paralelamente ao suprimento de mão-de-obra nos cafezais, a imigração japonesa sob esta característica de política de Estado era mais ousada: buscava-se a fixação dos elementos em colônias e a mudança de mentalidade dos “dekassegui” (ganhar dinheiro e retornar ao Japão).

O marco desta tomada de posição é o ano de 1927; no dia 23 março deste ano, o governo estabeleceu a “Lei de Cooperativas de Emigração para o Ultramar” que outorgava a cada província japonesa (ou cidade) que organizassem descentralizadamente as “Cooperativas de Emigração”. Estas, por sua vez, estariam subordinadas à “Confederação das Cooperativas de Emigração”.

A Confederação teria como objetivo anual fundar uma colônia de imigrantes de residência permanente no Brasil. No total de oito, a cada ano deveriam entrar no país cerca de 200 famílias por colônia (correspondendo a uma província). Mesmo com a mudança posterior de diretriz, dada a necessidade de ingresso de número superior de imigrantes em relação ao estimado, foi decidido pelo governo japonês que se criasse uma entidade representativa da Confederação no Brasil que responderia pela formação e

administração das colônias. Fundou-se, então, em 25 de março de 1929, a “Sociedade Colonizadora do Brasil Ltda”, que notabilizou-se pela alcunha de “Bratac”.

Iniciada neste mesmo ano, a formação de colônias sob comando da Bratac teve os seguintes resultados até a II Guerra Mundial: aquisição de apenas quatro áreas de terras em que se estabeleceriam as colônias (Bastos; Alianças, atualmente Mirandópolis; e Tietê, todas no Estado de São Paulo; Assaí, no Paraná); foram distribuídas entre estas colônias cerca de 2500 famílias, sendo que apenas 1000 famílias haviam recém-chegado do Japão e o restante recrutado entre os imigrantes já residentes no Brasil.

A Bratac procurou de todas as formas propiciar as obras de infraestrutura e instalações necessárias às atividades produtivas dos colonos e assim garantir sua fixação. Neste ponto, é necessário observar que houve iniciativas próprias dos imigrantes já estabelecidos em criar suas colônias, mas a maioria teve existência muito efêmera, devido à escassez de recursos e também ao desestímulo em permanecer por muito tempo no Brasil; no entanto, as colônias administradas pela Bratac, pelo contrário, se desenvolveram porque tiveram auxílio direto do governo japonês e a orientação da empresa estabelecia introduzir imigrantes com o firme intuito de radicar-se em definitivo no país.

Porém, em se considerando o que representou numericamente, a Bratac teve o papel de amealhar apenas por volta de 10 mil pessoas em suas colônias o que é muito pouco, se considerarmos que, no período considerado (fase áurea) esta era a média anual de imigrantes japoneses que afluíam para o Brasil. Deve-se então ressaltar que a grande maioria continuava sendo recebida pelas fazendas de café de propriedade de fazendeiros paulistas.

Paulatinamente, os primeiros imigrantes já alcançavam o sonho de ser proprietários e surgiam médios fazendeiros japoneses do café (com mais de 100 mil pés de café). Deste modo, ainda que não pudessem empregar imigrantes com volume comparável aos dos barões do café, os mais bem-sucedidos já podiam realizar o “yobiose imin”(literalmente, imigrantes chamados) que eram parentes e amigos “convidados”para trabalhar em suas propriedades. Por outro lado, a cultura do café já não representava a mesma força de fins do século XIX: a partir de 1929, a imigração (em geral) sofria os efeitos da crise que se iniciava; a recuperação econômica das fazendas de café se dava lentamente e as finanças das mesmas se deterioravam; mesmo sob contratos, os salários dos colonos/imigrantes sofriam reduções e registraram-se, em último caso, insolvências e falências nos cafezais, onde trabalhavam muitos

imigrantes japoneses; deste modo, a partir de 1931 diminui sobremaneira o interesse das fazendas em recrutar mão-de-obra imigrante.

Mas, mesmo em meio à crise profunda, os incentivos oficiais por parte do governo japonês mantinham o movimento emigratório para o Brasil, a tal ponto que em 1932 e 1934 houve o maior fluxo de japoneses já registrado (por volta de 20mil nos dois anos, num total de 40 mil até o final de 1934).

Aparentemente, a maior dificuldade dos imigrantes estava no fato de que a situação do meio rural do Japão era mais deteriorada do que a de países considerados “subdesenvolvidos”, como o Brasil; deste modo, muitos enfrentavam problemas com a inspeção sanitária do porto de Santos e tinham que permanecer isolados temporariamente ou mesmo remetidos para sua terra.

Era razoável supôr que a tendência crescente do número de entrada de japoneses no Brasil se manteria; entretanto, em 1935, observa-se uma inflexão da curva ascendente e vários são os fatores que geraram esta situação:

1) Tanto no Japão quanto no Brasil, fortaleciam-se movimentos ultranacionalistas e militaristas, mudando a mentalidade de livre arbítrio na escolha do país que oferecesse melhores condições de vida.

2) A chamada “Lei dos dois por cento”; a Constituição brasileira de 1934 estabelece um dispositivo que restringia a entrada de imigrantes a 2% (por ano) referentes às estatísticas de entrada de cada país nos últimos 50 anos.

Neste momento, a “Confederação das Cooperativas de Emigração/Bratac” reavalia sua atuação como instrumento potencializador da emigração. O diagnóstico foi de que passava a ser insuficiente apenas colonizar e desenvolver as colônias: era preciso adotar uma nova postura empresarial, no sentido de, além de continuar com as atividades primordiais, era necessário ampliar o leque de atuação. A Bratac amplia, então, suas atividades no setor bancário (1935), comercial (1938), de mineração (1938), no cultivo de algodão (1938), sempre através de empresas subsidiárias. Além disso, sendo o sentido básico da Bratac o de criar colônias e fixar imigrantes, deixando o Brasil de ser o eldorado de até então, a empresa procura novos países para atuar. Por exemplo, em 1936, a Bratac adquire um terreno em La Colmeña, no Paraguai, e envia oito famílias inicialmente para se estabelecerem (num total de 125 famílias até 1941).

3) O Brasil do Estado Novo promulga novas leis e decretos que, de forma geral, restringiam as atividades estrangeiras no país:

- agosto de 1938 assiste à confirmação da “Lei dos dois por cento”, com uma nova lei de restrição à entrada de estrangeiros
- em setembro de 1939, inicia-se censura contra qualquer veiculação de publicações em língua estrangeira no país
- em 1940, procura-se cadastrar todos os estrangeiros entrados no

Brasil

Coincidência ou não, o fato é que tais medidas/posições tomadas atingiram sobremaneira o maior contingente imigrante do país, o japonês. De todo modo, em adotando uma postura restritiva em relação à imigração, o Brasil desvia os canais emigratórios do Japão para países como Manchúria (China) e Mongólia, a tal ponto de, em 1940, haver entrado pelo porto de Santos insignificantes (numericamente) 64 imigrantes japoneses. O ano de 1942 representa o descortinamento das tensões implícitas entre Brasil e Japão, latentes desde 1934 e o consequente rompimento de relações diplomáticas entre as duas nações .

Portanto, num balanço entre a chegada do “Kasato Maru” (1908) até o “Buenos Aires Maru”, em 1941, houve a entrada de 188.309 imigrantes (segundo o Departamento de Imigração do Ministério do Trabalho, Comércio e Indústria do Brasil), dos quais, seguramente 80% ingressaram nesta “3. Fase”.

“A causa principal do substancial crescimento de imigrantes japoneses depois de 1925 foi consequência de haver o governo nipônico assumido a emigração para o Brasil como política de Estado...”(11) (pág.137)

Por fim, o fator de fixação , que nas duas primeiras fases era problemático, prepondera nas decisões do imigrante. Dentre as causas que mudaram o pensamento inicial de “dekassegui”, podem-se citar:

1) em sendo famílias “legítimas”que emigravam , a tendência foi haver uma “estabilidade espiritual”, a despeito o fato de estarem vivendo num país estrangeiro;

2) até meados de 1930, foram poucos os que auferiram lucros suficientes para realizar a viagem de volta em boa situação;

3) diferentemente do que faziam em outros países , no Brasil, quase todos os imigrantes (após término do prazo contratual nas fazendas de café) investiam em sua atividade (agrícola, predominantemente) autônoma. Dessa forma, o que ganhavam a mais reinvestiam no empreendimento, sedimentando sua fixação;

4) mesmo obtendo razoáveis quantidades de poupança , os poucos imigrantes bem-sucedidos até a II Guerra Muncial desistiram do plano original

de regresso; o Japão, arrasado pelo conflito, era um horizonte bem mais obscuro do que a segurança econômica obtida no Brasil;

5) fatores subjetivos, como a hospitalidade/amizade dos brasileiros, qualidades não-verificáveis no Japão.

CAPÍTULO III - “Adaptação do imigrante japonês”

Em 1994, completam-se 86 anos de imigração japonesa no Brasil.

Segundo os dados disponíveis mais recentes, seus descendentes perfazem mais de 1,2 milhões de pessoas em todo o território brasileiro. De um modo geral, o imigrante neste país é sinônimo de vitória: por mais disparidades/similaridades que tivesse com a cultura daqui, o imigrante conseguiu se fixar numa terra tão longínqua . Se os bandeirantes abriram os sulcos e delimitaram as fronteiras do Brasil atual, os imigrantes desbravaram estes limites e contribuíram para sua ocupação e desenvolvimento.

As razões da concentração dos fluxos imigratórios para as regiões Sul e Sudeste já se estudaram no capítulo I deste trabalho. No capítulo II, verificaram-se as dificuldades/facilidades específicas do imigrante japonês até sua permanência definitiva no país.

No entanto, dada a remanescência de vários traços (físicos e culturais) ainda japoneses nesta segunda (em alguns casos, terceira) geração de descendentes leva à indagação: estará mesmo o “japonês” adaptado social e economicamente ao país em que vive?

A resposta deste estudo é afirmativa . Pelo âmbito econômico, mais do que representar adição ao PIB brasileiro, as empresas de “japoneses” empregam como mão-de-obra não apenas descendentes,mas, sobretudo auxilia no aumento do nível de emprego do Brasil; se os principais executivos ou a maioria dos funcionários é de nipo-brasileiros, não importa: o reconhecimento como empresa nacional torna o empreendimento “japonês” parte integrante da economia brasileira.

Quanto à integração social, vão se diluindo as heranças culturais,comportamentais e até eugênicas ; cada vez mais a “japonezice” tem sua sobrevivência subordinada a sobrenomes e traços étnicos.

A aculturação é um fato que salta aos olhos, senão vejamos a imensa dificuldade que encontram os nipo-brasileiros em se adaptar à terra de seus antepassados ou mesmo em se readaptar (no caso dos imigrantes japoneses retornando).

Após a II Guerra Mundial são três também as fases da imigração japonesa no Brasil; no entanto, dada a sua continuidade e sobreposição às demais fases , neste caso a rigidez cronológica inexistente.

Primeiro, foi o “salto de qualidade” do elemento imigrante: passou-se a incentivar a chamada “imigração industrial”; ou seja, promoveu-se a vinda de técnicos, num preparativo para o momento subsequente, que foi a vinda de empresas japonesas para se instalarem no Brasil. Os “imigrantes- técnicos” eram apoiados pela JICA (Japan International Cooperation Agency) , um órgão oficial do governo japonês.

No momento seguinte, com o “boom” da economia japonesa a partir do final dos anos 70, a internacionalização do capital tornou-se inevitável e, com a prévia preparação daqueles técnicos emigrados para o Brasil, tudo tornou-se mais facilitado.

Já a partir do fim dos 80, com a crise brasileira e o “continuum “do ciclo expansivo no Japão, os descendentes iniciam o movimento inverso ao dos imigrantes japoneses: buscam o lucro “rápido” para retornar ao Brasil e melhorar seu padrão de vida.

Estas 3 fases pós-Guerra são de fato fundamentais para o estudo completo dos 86 anos da imigração japonesa no Brasil, no entanto, não serão objeto específico deste capítulo, nem deste trabalho.

Segue-se porém, um estudo dos determinantes que, provavelmente, caracterizam (óbvio que não ainda por completo) a adaptação do nipo-brasileiro como elemento interativo e presente em quaisquer áreas da sociedade brasileira.

A) Participação econômica

a.1.Na agricultura

Superada a dificuldade inicial de condição de trabalhador assalariado, o imigrante japonês de pronto procurava fundar seu próprio estabelecimento.

Notoriamente, dedicava-se ao setor agrícola: já nos primeiros anos de chegada (1914-1915), alguns imigrantes pioneiros introduzidos nas fazendas de café na região da Mogiana(SP) ; algum tempo após o término do período contratual de trabalho (e mesmo alguns quebrando os termos de compromisso) se dirigiram para a região hoje conhecida por Grande São Paulo. Este afluxo tem vários determinantes,mas o principal é o fato de o imigrante querer pôr em prática a experiência agrícola adquirida no Japão.

No aumento da produtividade das terras, os lavradores interessavam-se por inovações como introdução de novas variedades de produtos, adoção de sistemas de rotação de culturas, fertilizantes e atividades subsidiárias como a criação do bicho-da-seda. Era um tipo de agricultura intensiva para aumentar sua renda; no entanto, as terras já oligopolizadas do interior de SP não propiciavam a prática destas inovações e sim os arredores da cidade de SP,

cujo crescimento começava a demandar mais produtos e onde as terras não se encontravam sobrevalorizadas.

Primeiramente dedicando-se à bataticultura, estas pequenas propriedades passaram à produção de hortaliças, frutas e criação de aves e seus métodos de trabalho intensivo foram trazidos como “bagagem” do Japão.

Se muitos dos imigrantes japoneses afluíram, após o término de seus contratos para os núcleos coloniais criados por seus patrícios, viram estas frustradas as perspectivas de encontrarem condições de permanência definitiva: era praticada, como medida corrente, a utilização do solo de modo quase predatório para o cultivo de algodão e café, sem quaisquer cuidados de fertilização o que fazia muito curto o tempo de vida útil dos solos.

No entanto, embora a princípio repelindo vários “imigrantes livres”, este maltrato da terra tem ponto final tão logo diluiu-se o estado psicológico de “dekassegui” (instável) do trabalhador e este passa a dar mais valor à terra em que se estabelece.

Dessa forma, mesmo que numericamente tenha sido por italianos, espanhóis e portugueses, a imigração japonesa passou a desempenhar um papel

ímpar na produção e comercialização de produtos perecíveis, destinado ao consumo interno, como frutas, hortaliças e ovos.

O desenvolvimento da agricultura intensiva gerou ainda outra “inovação”, mas agora sob o aspecto administrativo: a organização em cooperativas. No Japão esta era uma forma organizacional que também engatinhava no início do século XX; conhecedores deste fato, muitos imigrantes buscaram então criar entidades semelhantes.

A princípio , eram um meio de autodefesa num meio de difícil aculturação, porém, a partir da década de 20, a organização em cooperativas teve o grande mérito de viabilizar a agricultura em pequenas áreas, em contraponto à forma extensiva dos cafezais que se praticava. Ademais, procurava-se cuidar não apenas da produção , mas da comercialização dos produtos agrícolas.

A.1.1.As cooperativas agrícolas

A criação das cooperativas agrícolas representou um mecanismo de autodefesa dos pequenos agricultores. A razão era a necessidade destes em conseguir uma vida mais estável e conseguir segurança, ao fundarem suas colônias e se dedicarem à própria lavoura ; eram muitas as dificuldades

enfrentadas quando levaram suas produções ao mercado, a língua e a falta de escrúpulo de muitos comerciantes eram barreiras que motivaram a formação de cooperativas agrícolas como organização coletiva de defesa.

Assim, no fim da década de 20, são fundadas as duas principais cooperativas de origem nipo-brasileira: a CAC (de Cotia) (1927) e a Sul-Brasil (de Mairiporã), em 1929.

Anteriormente, as cooperativas agrícolas fundadas no interior de SP não resistiram à má organização e logo se extinguiram, a exemplo da primeira tentativa em Conquista (SP) através de rizicultores.

O procedimento dos agricultores na época era o de, exaurida a vitalidade do solo, logo se transferissem para terras virgens (e de má qualidade, diga-se) e reiniciar as culturas. Desta forma, as constantes saídas de produtores, a inabilidade administrativa e as longas distâncias dos centros consumidores arrefeciam os ânimos no sentido de continuar com o ideário cooperativista.

Em 1932, é promulgada a “Lei das cooperativas do Brasil” e tanto estados quanto a União criam órgãos de apoio ao cooperativismo: sem esta medida, provavelmente a CAC e a Sul-Brasil não iriam resistir às dificuldades anteriormente citadas.

Ambas tiveram seus primórdios com a organização dos produtores de batata; posteriormente, incorporaram-se produtores de hortaliças, verduras, ovos e frutas tendo um alvo básico: atingir a demanda do mercado paulistano.

A arregimentação dos agricultores até então pulverizados e isolados no Estado de São Paulo visando a suprir o crescente mercado da cidade de São Paulo foi um fator fundamental para o sucesso da organização cooperativista. Em tendo uma grande cidade consumidora e estar bem localizado era um fator crucial para quem lidava com produtos perecíveis. A urbanização exigia não apenas o aumento absoluto na quantidade de alimentos, mas também acarretava mudanças qualitativas nos hábitos alimentares da população, com a exigência de maior variedade de frutas, hortaliças e verduras. As cooperativas agrícolas (principalmente a CAC e a Sul-Brasil) acompanharam estas mudanças e por isso conseguiram sobreviver em meio ao crescimento industrial da metrópole São Paulo nas décadas de 20 e 30.

No entanto, com o advento da II Guerra Mundial, compulsoriamente teve que haver um tratamento diferente em relação ao cooperativismo: de organização surgida para defesa dos interesses dos agricultores da colônia japonesa, dada a conjuntura da guerra, teve que assumir a função de defensora

dos pequenos agricultores em geral. Moldadas à semelhança das cooperativas do Japão, logo foram vistas as cooperativas “brasileiras” com subversivas, dado o seu conteúdo ideológico nacionalista nipônico; deste modo, enquanto os empreendimentos de japoneses imigrantes sofriam restrições e até mesmo destituição de propriedade, as cooperativas, tanto pelo papel de fornecedora de alimentos quanto pela mudança de diretriz quanto à admissão nos seus quadros de associados, não tiveram este tipo de problema.

O modelo que prevalece ainda hoje quando se trata de cooperativismo é o japonês. É agregador no sentido de auxiliar os produtores residentes em localidades de acesso difícil ao mercado, além de oferecer facilidades para aquisição de bens de consumo e insumos necessários à produção, acesso a crédito e assistência técnica.

Com o tempo as áreas de atuação foram sendo ampliadas: atualmente, tanto a CAC quanto a Sul-Brasil lidam com cerca de 250 itens e contam com serviços próprios de transporte, coleta de produtos, padrões de instalação, armazéns e postos de vendas nos principais centros de consumo do país. Tanto se deu esta ampliação que o mercado internacional também foi arrebatado e as

cooperativas exportam produtos como: banana, café, soja, frutas, hortaliças, frangos abatidos e ovos.

Segundo o “Balanço Anual de 1992” (Jornal Gazeta Mercantil) , a CAC ocupa a 23.colocação entre os maiores grupos privados nacionais, com uma receita operacional líquida da ordem de US 970 milhões e empregando cerca de 11,4 mil trabalhadores.

A.2. No comércio

Em sendo essencialmente agrícola, a atividade econômica imigrante japonesa teve, de alguma forma, estreita ligação com a agricultura. Deste modo, o comércio também surge como consequência desta relação.

Por um lado, vieram para o Brasil imigrantes premeditadamente intencionados em dedicar-se ao comércio. Tratava-se de comerciantes no Japão que, por razões diversas, emigraram para o Brasil e se sujeitaram em princípio a trabalhar na lavoura; na verdade, trazendo algum capital do Japão, logo iniciaram seus negócios, predominantemente em São Paulo. Sua atividade consistia em importar artigos japoneses e não se limitando a vendê-los nas próprias lojas, enviavam vendedores para o interior do estado. Este intercâmbio

era uma importante fonte de informações sobretudo para os imigrantes dos lugares mais longínquos cuja comunicação era precária.

São exemplos deste estabelecimentos: Casa Hase, Casa Endo, Casa Nakaya, Casa Kunii e Casa Ito (todas em São Paulo, capital)

No entanto, havia também o comércio surgido “naturalmente” no seio da colônia japonesa; igualmente se desenvolvendo a partir da cidade de São Paulo, estabeleceram-se comércios de secos e molhados, produtos agrícolas, confeitarias, bares , hospedarias, barbearias, quitandas, farmácias, etc. O núcleo pioneiro foi o bairro de Pinheiros em que havia, um pouco antes da II Guerra Mundial, cerca de 200 famílias de imigrantes japoneses: a abertura de estabelecimentos comerciais daquelas diversas naturezas se deu para o atendimento dos lavradores (provavelmente os cooperados) que se fixaram no Sudoeste da cidade (Taboão da Serra, Campo Limpo, Cotia) . Mais uma vez se confirma o elo entre a atividade comercial e a agricultura e até mesmo sua complementaridade mútua.

Se havia este afã de os colonos iniciarem seus próprios negócios , que os financiava? Até o início da II Guerra Mundial, os recursos necessários aos imigrantes japoneses eram feitos diretamente pelo Japão (seja sob a forma das

empresas de colonização ou outras instituições). Deveria ser, no entanto, de uma forma “camuflada”, de modo a não ferir a soberania e legislação brasileiras; o maior exemplo desta prática foi a fundação do (hoje) Banco América do Sul: em meados da década de 30, um dos “braços” criados pela Bratac (a empresa brasileira representante dos interesses da “Confederação das Cooperativas de Emigração do Japão”) foi a “Casa Bancária Bratac”; esta instituição era a maior fonte creditícia para os imigrantes; no entanto, com o conflito mundial, teve que ser “nacionalizada” brasileira, sem nenhuma subvenção do governo japonês; é assim que surge então o Banco América do Sul, a 69. maior empresa privada do Brasil, de acordo com o critério patrimonial (aproximadamente US177 milhões), gerando emprego para 7,7 mil trabalhadores (segundo o Balanço Anual de 1992 de “Gazeta Mercantil”).

A.3. Na indústria

A exemplo da atividade no comércio, o início na atividade industrial por parte dos imigrantes japoneses originou-se de subsidiárias no apoio à agricultura. Portanto, as “fábricas” se limitavam a pequenas manufaturas em que ofereciam serviços de carpinteiros, serralheiros, funileiros, fabricantes de nóveis, de consertos de máquinas e iguarias japonesas (como saquê e doces).

Estima-se que o pequeno universo de “industriais” da colônia japonesa (antes da II Guerra) era de 3% do total de imigrantes, ou seja, por volta de 5 mil estavam envolvidos no setor.

Dois casos que podem ser citados como “evolução” do setor agrícola para a indústria são os da criação do bicho-da-seda/fiação da seda e cultura do chá/industrialização do chá; o primeiro se desenvolveu nas colônias fundadas pela Bratac (Aliança, Tietê, Bastos), enquanto a produção de chá notabilizou-se na cidade de Registro (SP).

Durante a guerra, os bens dos imigrantes foram arbitrariamente “congelados” e com o setor industrial “japonês” não foi diferente. Entretanto, no pós-Guerra, descartada a possibilidade de novo confisco, a participação de capital japonês radicado no Brasil pôde se direcionar à indústria com tranquilidade.

A partir de então, espocaram inúmeras empresas industriais de imigrantes japoneses bem-sucedidos: Motorádio (rádios), Nakata (autopeças), Sadokin (lâmpadas), Sansuy (plásticos), entre outras.

B) Evidências de aculturação

b.1. Quem eram os imigrantes

O imigrante japonês chegou pela contra mão. É nítida esta imagem quando se visualizam os primeiros a aportarem num Brasil multiétnico , mas em que o japonês representava total estranheza.

Os valores , usos e costumes eram literalmente opostos. Alguns exemplos podem ser listados:

- usos:

	Brasil	Japão
escrita	da esquerda para direita	da direita para esquerda
leitura	sentido lateral	sentido vertical
livro	folheia-se da direita para a esquerda	folheia-se da esquerda para a direita
carta	escreve-se: data,nome do destinatário,mensagem e nome do remetente	escreve-se o nome do remetente,mensagem, data e destinatário

data	dia, mês e ano	ano , mês e dia
envelope	destinatário, rua, cidade e Estado	Província, cidade, rua,destinatário
selo	colado do lado direito	colado do lado esquerdo
verbo	no início da oração e variável em tempo, número e pessoa	no fim da oração e variável apenas em tempo

- valores

	Brasil	Japão
solenidade	convidado mais importante profere palavra depois dos demais oradores	convidado importante profere palavras antes
bandeira	bandeira nacional fixada à direita de quem olha	bandeira nacional fixada à esquerda de quem olha

- costumes

	Brasil	Japão
arroz	cozido para ficar solto	cozido para ficar empapado
sopa	antes da refeição	durante a refeição
serrote	empurra-se para cortar	puxa-se para cortar
banho	lava-se o corpo dentro da banheira	lava-se o corpo antes de entrar na banheira

Estes são alguns detalhes que de fato dificultaram a adaptação do imigrante japonês. No entanto, o perfil traçado remonta ao século XIX da história do Japão e pode-se tomar esta homogeneidade dos que vieram para cá como característica verificável e comprovável.

No Japão de fins do século XIX, a concentração de renda tornara-se muito evidente na classe do “xogunato”; o camponês, no campo, torna-se apenas rendeiro despojado de qualquer propriedadee, em não tendo condições de sustentar a família apenas com a agricultura, é obrigado a dedicar-se a trabalhos de artesanato, tornando-se assalariado da crescente classe mercantil.

Na zona rural, práticas brutais eram realizadas de modo a minimizar a pobreza tão latente; uma delas consistia no chamado “desbaste”, ou seja, o infanticídio aquiescido pelos pais, normalmente de uma criança do sexo feminino, para não adicionar “mais uma boca” para alimentar, e preservar os varões, úteis para o trabalho; legalmente, reconhecia-se o bebê morto como natimorto.

Recursos desesperados eram a única forma de poder continuar vivendo; incapazes de suportar tamanha penúria, muitos camponeses deixam suas famílias já que, sob regime feudal, era impraticável a transferência de famílias inteiras de um feudo para outro, quanto mais para os centros urbanos (o que caracterizaria uma fuga).

Este quadro só se modifica, como já citado no capítulo anterior, com a Revolução Meiji: a emigração representou uma solução ideal para estes praticamente sem alento algum.

Os imigrantes originários do meio rural eram, portanto, predominantes: segundo Kawai (12) (pág.156), os agricultores representavam 52,7% daqueles que tinham vindo para o Brasil; ainda segundo esta pesquisa, os pequenos proprietários representavam maioria absoluta (73,8%) e quando não se

ocupavam da lavoura vinham de atividades de classe média baixa, como artífices, serviçais e pescadores.

A cultura japonesa em nada coincidia com a cultura ocidental: o idioma não encontravam ligação alguma com o latim (ao contrário de muitos outros países europeus); a religião seguida pelos imigrantes japoneses tinha base budista e xintoísta, o cristianismo praticamente não tinha aportado no Oriente.

Entretanto, a aculturação religiosa se deu de forma muito rápida: a falta de uma religiosidade sólida (o budismo e o xintoísmo são muito mais filosofias do que religiões propriamente ditas) mais a vontade de derrubar as fronteiras separando os imigrantes da nova terra contribuíram para a situação atual de domínio da fé cristã (católica). Conforme dados de (EPOPÉIA)(11) (PÁG.594) em pesquisa de 1988:

Religiões na comunidade de origem japonesa

católicos	59,19%
protestantes	3,12%
religião japonesa	24,90%
sem religião	10,64%
outras	2,14%

Um outro fator contribuinte para o processo de aculturação foi limitar a individualidade do imigrante: independente de sua ocupação no Japão, deveria o emigrante passar-se por lavrador (até por exigências da política imigrantista brasileira) mesmo que sua atividade alvo não fosse o trabalho braçal assalariado nas fazendas. Assim, a lavoura era praticamente uma porta de entrada do imigrante na sociedade brasileira. Esta constatação é visível quando, pelos dados de Kawai (12) (pág.156), vê-se que 98% dos imigrantes japoneses entrados no Brasil entre 1908 e 1941 eram (ao menos provisoriamente) lavradores.

Mesmo os idealistas, os chamados “adeptos da teoria de expansão para o além-mar”(característicos da 3.fase de imigração, em que o nacionalismo/expansionismo fervilhava no Japão) não fugiram à regra; estes haviam se transferido para o Brasil apoiados pela Bratac e se destinavam àquelas colônias de povoamento referidas no final do capítulo II deste trabalho; pertenciam à camada social privilegiada (eram engenheiros, bacharéis, agrônomos, pastores protestantes, oficiais reformados, professores primários ou secundários) e a maioria não sabia sequer manejar uma enxada, mas em emigrando com certa posse, além do incentivo oficial japonês, davam vida ao ideal de pioneirismo e iniciavam como pequenos proprietários da terra.

Portanto, os imigrantes praticamente chegavam ao Brasil em igualdade de condições ; as hierarquias de mando e de autoridade eram fatores negligenciáveis, pois, desde o mais graduado acadêmico até o pequeno lavrador do interior do Japão , o seu fim (ou começo?) era ou trabalhar nas lavouras de café ou ser mandado para uma colônia de povoamento, nas localidades mais remotas possíveis.

B.2. Superando estereótipos

Esta última parte do trabalho trata sobre a visão generalizada de um imigrante japonês/descendente do ponto de vista da sociedade brasileira “não-nikkei” ou mesmo de muitos “nikkeis”(senão a maioria) que nunca tiveram oportunidade de refletir sobre si mesmos e acabam por admitir as generalizações.

Partimos de dois pontos> que, pelas evidências apontadas ao longo deste trabalho, o elemento nipo-brasileiro está totalmente “engrenado “ na sociedade em que se inseriu; por outro lado, qualquer estereotipificação é virtualmente falsa, pois apenas um viés é suficiente para anular o sentido desta prática tão corrente.

Apontaremos sete aspectos (negativos ou positivos) que caracterizam o nipo-brasileiro após 86 anos de convivência com este país. Para ilustrá-los, citaremos trechos do livro “Toda uma vida no Brasil” (13). Seu autor, Katsuzo Yamamoto, é o atual presidente do “Centro de Estudos Nipo-brasileiros”; vive desde 1932 no país, então com 23 anos de idade, praticamente presenciou todo o processo de assimilação dos japoneses e seus descendentes, tanto pelo aspecto econômico (é empresário/industrial bem sucedido) quanto pelo sociológico (à frente do centro de estudos supracitado).

Através do olhar da experiência do sr. Yamamoto, portanto é que nos inspiramos para tentar descrever os estereótipos “típicos” dos nipo-brasileiros, através de seus relatos de impressões e experiências.

B.2.1. “Inteligência”

“Registrou-se domingo passado...um acidente na via Dutra, causando tremendo congestionamento de tráfego. Contaram-me que o problema foi causado pelo equipamento de aço, transportado por um caminhão que se chocou contra a passarela. O que caiu não foi o equipamento, mas sim a passarela.

Não se pode ,evidentemente, comparar os dois casos, mas quando brasileiros se encarregam de tarefas desse gênero podem-se descuidar e causar acidentes. Nem sempre fazem as coisas com o devido cuidado.

Enquanto não corrigir este defeito, por mais navios e automóveis que produza, será difícil o Brasil entrar para o clube dos países adiantados”. (YAMAMOTO)

(13) (pp.140-141)

Neste caso, a visão estereotipada, “japonês inteligente”, tende a ser corroborada pelos “japoneses”; na verdade prevalece ainda um ranço de pretensa superioridade racial nipônica, enquanto a “brasilidade “é momentaneamente esquecida; no entanto, pergunta-se : quem garante que o projeto da passarela não foi feito por um nipo-brasileiro ou até mesmo por um japonês “do Japão” (“issei”)?

B.2.2.”Educação e disciplina”

“Passaram-se os anos e agora a comunidade nipônica do Brasil já chegou na era dos filhos (nisse). Graças à dedicação dos pais para com a educação, os filhos puderam estudar em cursos superiores. Atualmente sua presença nos diferente cursos das universidades brasileiras é elevada. E uma vez concluídos os cursos , estão preparados para trabalhar nas mais diversas

áreas da atividade profissional, como elementos da classe média. Por não conhecerem a língua, nem possuírem diplomas, os pais não conseguiram ocupar boas posições profissionais. Essa a razão por que grande parte dos imigrantes se dedicou à agricultura, onde não se exigia tais qualificações. Como não havia outro meio de vida, eles aplicaram ao trabalho agrícola toda a sua energia. E, destarte, os nossos imigrantes precursores nos legaram a marca registrada de gente honrada e trabalhadora.”(YAMAMOTO) (13) (pp.188-189)

Se atualmente é praticamente impossível defrontar-se com um descendente de japoneses analfabeto, era perfeitamente admissível que qualquer indivíduo que pudesse, pelo menos, se expressar na língua portuguesa chamasse um imigrante japonês de “ignorante em português”. A educação do descendente se deu praticamente ao custo muito caro da limitação da intelectualidade do “issei”.

B.b.3. “Honestidade”

“Revista japonesa recém chegada (1973) diz que o elemento de origem nipônica no Brasil é mais frequentemente chamado de “garantido” do que de “japonês”. “Garantido” quer dizer coisa certa, segura, digna de confiança” (YAMAMOTO)(13) (pág.48)

“Depois de dois anos da minha transferência para São Paulo, como encarregado da venda de chá produzido em Quilombo, abri um pequeno empório, que ficou a cargo de minha mulher. Felizmente, essa loja prosperou. Não só a minha casa comercial, como as de todos os negociantes japoneses tiveram êxito. Isso porque se tornou conhecido que os japoneses eram honestos, não enganavam na pesagem e no troco. Considerei isso uma benesse resultante da boa atuação dos patrícios que nos antecederam.”(YAMAMOTO) (13) (pág. 127)

Quantos estelionatários, fichados na polícia, marginais, ou mesmo empresários desonestos com sobrenome de origem japonesa não há no Brasil? No Brasil, entretanto, esta imagem de “japonês”-honestidade está muito sedimentada; em Campinas, no presídio do bairro de São Bernardo não há nenhum preso nipo-brasileiro: não pelo fato de inexistirem condenados desta origem, mas sim porque os demais encarcerados simplesmente os assassinam, pois não admitem este fato.

B.2.4. “Sucesso econômico”

“Antecedendo e comemorando a passagem do 70. aniversário da imigração japonesa no Brasil, realizou-se um Simpósio Internacional em São

Paulo. Seu presidente de mesa, o professor Tadao Umesao , declarou então: “O 70. aniversário da imigração japonesa representa a festa de maioridade da comunidade de origem nipônica.”...a história dos imigrantes é a repetição de experiências e erros, e só depois de passar por inúmeras vicissitudes chegaram à condição de adultos experimentados.

Posteriormente, o professor Teiti Suzuki, diretor do Instituto de Estudos Japoneses da USP, teve a coragem de comentar: “Esta comemoração do 70. aniversário representa também o sepultamento da imigração nipônica.”(YAMAMOTO) (13) (pág.91)

Novamente tem-se a impressão de que todos os “japoneses “sucederam-se bem economicamente ; a “repetição de experiências e erros”ainda é cometida por vários imigrantes (ou descendentes) que ainda não puderam ter a estabilidade tão procurada. Mesmo com o “sepultamento”, no sentido real, dos últimos primeiros imigrantes, muitos ainda não encontraram no Brasil o Eldorado de suas aspirações . Tome-se como exemplo significativo o brutal movimento contrário dos chamados “dekasseguis brasileiros”.

B.2.5. “Não-eloquência “

“Como observo algo parecido nos nisei daqui, o discurso me tocou fundo. Esses rapazes nisei , tanto na vida estudantil quanto na social, no tangente à arte de auto-afirmação, ficam muito atrás dos brasileiros de origem árabe ou italiana, por exemplo.

Por que os japoneses são maus oradores? Existem muitas teorias, mas em primeiro lugar devemos lembrar que eles crescem sob a influência do confucionismo e do bushidô (código moral dos samurais) e por isso consideram a auto-afirmação uma atitude desprezível ou leviana.”(YAMAMOTO) (13)
(pág.75)

Mais uma vez tende-se a concordar com o estereótipo; acrescido ao fator cultural citado pelo sr. Yamamoto, de fato , a natureza não privilegiou muitos “japoneses”(a despeito do “background” cultural ou acadêmico) com o dom da eloquência. Entretanto, afim de não avalizar a generalização, podemos citar dois exemplos: Takeshi Suzuki, arquiteto formado pelo Mackenzie em 1933, japonês naturalizado brasileiro e primeiro professor universitário nipo-brasileiro, já em 1950; Emílio Matsumoto, diretor atual do “Departamento de comunicação da Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa”

b.2.6. “Comportamento arreado e retraído”

“É verdade que, com relação à contribuição na área agrícola, temos recebido uma alta cotação por parte dos brasileiros. E também se reconhece a contribuição de empresas japonesas ao desenvolvimento industrial do Brasil. Mas quanto à área cultural? Não tenho a pretensão de dizer que nada ou muito pouco. Os nipônicos e seus descendentes seriam capazes de deixar algo de que o Brasil pudesse se orgulhar perante o estrangeiro? Sinto tristeza ao procurar uma “prova” da participação de japoneses na vida cultural brasileira que deixasse marcas.”(YAMAMOTO)(13) (pág. 152)

Gradativamente, a segunda geração de descendentes (“sansei”) vai-se livrando do compromisso moral em dedicar-se a atividades econômicas “paupáveis” para se inserir nas artes, nos esportes e também na política. Creio que a pecha de “sério e calado” tem seus dias contados, porque esta geração atual felizmente tem um livre-arbítrio sobre o direcionamento de sua vida que a geração passada não usufruiu (e nem dispunha).

Um dado (receio surpreendente) tange sobre a “Pesquisa da população de descendentes de japoneses residentes no Brasil”, de 1988, realizada pelo “Centro de Estudos Japoneses”, contido na tabela seguinte:
(EPOPÉIA)(11)(pág.413)

Porcentagem de casamento interétnico segundo as regiões'

Região	nikkey com nikkey	nikkey com não-nikkey
Norte	37,5%	62,5%
Nordeste	100%	-
Cidade de SP	57,3%	42,7%
Estado de SP	51,4%	48,6%
Sul	76,7%	23,3%
Centro-Oeste	30,8%	69,2%
total	54,1%	45,9%

A conclusão é que praticamente metade dos descendentes de japoneses estão se casando fora da colônia; é mais um ponto em favor da evidência de aculturação da população nipo-brasileira.

B.2.7. “Dedicação demasiada ao trabalho”

“Os executivos nipônicos dedicam sua vida à empresa. Sua vida não existe fora dos empreendimentos da companhia. Se assim não for, trata-se de caso de alguém já derrotado no passado.

A dedicação integral e total aplica-se tanto ao chamado presidente-fundador quanto ao presidente assalariado, aos demais diretores e também em relação aos empregados em geral. Cada empresa mantém uma orientação que lhe dá características e estilo próprios. Por isso, chega-se a afirmar que os homens de empresa do Japão perdem sua individualidade, tornam-se pessoas que existem em função da empresa. Por isso, o Japão conseguiu o extraordinário desenvolvimento econômico - o que trouxe também algumas inevitáveis distorções na vida nacional.”(YAMAMOTO) (13) (pág.60)

Provavelmente, nem o nipo-brasileiro, tampouco o que o rotula de “workaholic” tenham idéia do que seja um autêntico “hard work” japonês; tanto é que a maior reclamação dos “dekassegui” brasileiros é quanto à massacrante jornada de trabalho, em que mal há tempo sequer de ir ao sanitário; sábado para descansar? Nem pensar; feriado prolongado? Impossível. Dessa forma, se até mesmo o “japonês” desconhece a dedicação integral e absoluta à companhia (no sentido “genuinamente” japonês), torna-se banal ter-

se essa associação comprovada, no máximo, pode-se admitir que o nipo-brasileiro tenha uma fidelidade e uma disciplina ainda remanescentes dos ascendentes japoneses e de natureza distinta da apresentada pelos não-descendentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- (1) MELLO, João M.C.- “O Capitalismo Tardio”, SP, Brasiliense, 1990
- (2) MARTINS, José de Souza -”A Imigração e a crise do Brasil agrário”
- (3) GRAHAM, Douglas -”Migração estrangeira e a questão da oferta de mão-de-obra no crescimento econômico brasileiro”, Estudos Econômicos, 3(1)
- (4) HOLLOWAY, Thomas H.- “Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo, 1886-1934”, RJ, Paz e Terra, 1984
- (5) CANO, Wilson- “Raízes da Concentração industrial em São Paulo”, SP, T.A.Queiroz Editor
- (6) DENIS, Pierre - “O Brasil no século XX”, Lisboa, Garrett, 1910
- (7) SAITO, Hiroshi- “O Japonês no Brasil- Estudo de mobilidade e fixação”, SP, Fundação Escola de Sociologia e Política, 1961
- (8) NOGUEIRA, Arlinda Rocha-”Imigração Japonesa na história contemporânea do Brasil”, SP, Centro de Estudos Nipo-brasileiros e Masao Ohno Editor, 1984
- (9) DAIGO, Masao- “A Mata das Ilusões”, RJ, Editora Marques Saraiva,1988
- (10) SAITO, Hiroshi (org.) -”A presença japonesa no Brasil”, SP, T.A.Queiroz Editor, 1980
- (11) “UMA EPOPÉIA MODERNA - 80 ANOS DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL”, SP, Editora Hucitec, 1992
- (12) KAWAI, Takeo- “Italianos e sírio-libaneses: uma visão comparativa com os japoneses”, in: “A presença japonesa no Brasil”, SAITO, Hiroshi (org.), SP, T.A.Queiroz Editor, 1980
- (13) YAMAMOTO, Katsuzo - “Toda uma vida no Brasil”, trad.de José Yamashiro, 2.ed., SP, Editora Mania de Livro, 1994
- (14) ANDO, Zenpati- “Estudos sócio históricos da imigração japonesa”, Centro de Estudos nipo-brasileiros, SP, 1976